

A. I. N° - 129712.0070/07-4
AUTUADO - TECNOQUADROS TECNOLOGIA EM QUADROS ELÉTRICOS LTDA.
AUTUANTE - MARIA CRISTINA ALVES C. SANTOS e NILZA CRISPINA M. SANTOS
ORIGEM - INFAZ ATACADO
INTERNET - 25/11/2008

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0345-03/08

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. **a)** AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO EFETUADO A MENOS. É devido o pagamento na primeira repartição fazendária do percurso de entrada neste Estado, a título de antecipação parcial do ICMS, em valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas entradas de mercadorias adquiridas para comercialização. Refeitos os cálculos de acordo com a comprovação apresentada pelo deficiente, o imposto apurado ficou reduzido. **b).** MULTA PERCENTUAL SOBRE O IMPOSTO QUE DEVERIA TER SIDO PAGO POR ANTECIPAÇÃO. Uma vez comprovada a tributação regular nas operações subsequentes, torna-se inexigível o tributo neste caso, convertendo-se a exigência relativa ao ICMS não antecipado em multa equivalente a 60% do imposto não antecipado. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 26/11/2007, refere-se à exigência de R\$253.263,97 de ICMS, acrescido da multa de 50%, além de penalidade por descumprimento de obrigação principal, em decorrência das seguintes infrações:

Infração 01: Recolhimento efetuado a menos do ICMS antecipação parcial, na condição de empresa de pequeno porte, referente às aquisições de mercadorias de fora do Estado. Antecipação Parcial, correspondente aos meses de março de 2004 a dezembro de 2005. Consta, na descrição dos fatos, que foi aplicada a proporcionalidade quanto ao percentual de venda para comércio e indústria, na apuração do imposto devido. Valor do débito: R\$200.598,85.

Infração 02: Multa percentual no valor de R\$52.665,12, calculada sobre o ICMS que deveria ter sido pago por antecipação parcial, referente às mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, adquiridas para fins de comercialização e devidamente registradas na escrita fiscal, com saída posterior tributada normalmente, no período de janeiro a dezembro de 2006.

O autuado apresentou impugnação (fls. 270 a 273), informando inicialmente que reconhece a procedência parcial das infrações 01 e 02, e já providenciou o pedido de parcelamento para pagamento dos valores devidos. O autuado alega que tem como atividade o comércio e a fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia, o que equivale a 70% do seu faturamento, sendo uma atividade exclusivamente industrial (montagem), conforme definição do atual Regulamento do ICMS. Diz que informou à fiscalização que parte das mercadorias foi utilizada na montagem dos quadros elétricos, sendo acatada a informação e aplicada a proporcionalidade quanto ao percentual de venda para o comércio e indústria, na apuração do imposto devido, conforme planilha de cálculo elaborada pela fiscalização. Esclarece que anteriormente, no mês 03/2005, a SEFAZ efetuou um levantamento relativo ao ano de 2004, não considerou as compras para industrialização e tributou a totalidade das entradas, gerando os processos de números 60000.1538/05-8 e 600000.5656/05-7, Denúncias Espontâneas, perfazendo os

montantes de R\$77.969,16 e R\$102.314,50, respectivamente, tendo sido efetuado o parcelamento dos valores levantados. Afirmo que no atual levantamento, as autuantes aplicaram a proporcionalidade, depois que deduziram os pagamentos já realizados ou parcelados anteriormente. Pede que seja aplicado o mesmo critério da proporcionalidade utilizado para os anos de 2004, 2005 e 2006 sobre o montante devido, e depois, abater os pagamentos já realizados e/ou parcelados desses exercícios. Elaborou demonstrativo apurando os valores que considera corretos, totalizando R\$199.103,78 (fl. 272), valor que reconhece como devido.

A autuante Maria Cristina Alves Correia Santos, em sua informação fiscal às fls. 283/284 dos autos, diz que foi constatado no levantamento fiscal que o contribuinte exerce atividade mista (comércio e montagem industrial), mas o percentual de proporcionalidade não é de 70% como alegado pelo defendente, tendo em vista que os mencionados percentuais foram apurados pela fiscalização com base nas notas fiscais de vendas, as quais discriminam as saídas para comércio e para montagem industrial, cujos índices finais constam do demonstrativo de fls. 161 a 205. Quanto à mudança de critério e aplicação dos índices sobre os valores do ICMS, diz que foram calculados antes de deduzir os pagamentos efetuados, entendendo a autuante que é procedente a alegação defensiva, o que implica em alteração na forma de cálculo do imposto a recolher, apurado no demonstrativo de fls. 135 a 160. Informa que elaborou novo demonstrativo, aplicando o percentual de proporcionalidade sobre o ICMS calculado, obtendo o valor da redução, em face da atividade mista da empresa, calculando em seguida, o valor do ICMS devido, deduzindo os valores efetivamente pagos, constantes nos DAEs e Denúncias Espontâneas, tendo sido elaborado o demonstrativo à fl. 285. Finaliza, concordando com a procedência parcial do presente Auto de Infração.

À fl. 287 do PAF, o autuado foi intimado a tomar conhecimento da informação fiscal e do novo demonstrativo acostado aos autos pela autuante Maria Cristina Correia Santos, constando na própria intimação a comprovação assinada por preposto do contribuinte, de que recebeu cópia da mencionada informação fiscal, respectivo demonstrativo. Decorrido o prazo concedido, o defendente não se manifestou.

Consta à fl. 290, extrato do parcelamento do débito reconhecido pelo autuado, no valor total de R\$199.103,73.

VOTO

A primeira infração trata de recolhimento do imposto efetuado a menos, referente à antecipação parcial das mercadorias adquiridas através de Notas Fiscais, conforme demonstrativo às fls. 135-A/205 dos autos.

Observo que as hipóteses em que deve ser feita a antecipação parcial do imposto são estabelecidas no art. 12-A da Lei 7.014/96:

“Art. 12-A. Nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, será exigida antecipação parcial do imposto, a ser efetuada pelo próprio adquirente, independentemente do regime de apuração adotado, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no inciso III do art. 23, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição”.

O autuado alegou em sua defesa que parte das mercadorias foi utilizada na montagem dos quadros elétricos. Diz que a SEFAZ efetuou um levantamento no ano de 2004, não considerou as compras para industrialização e tributou a totalidade das entradas, gerando os processos de números 60000.1538/05-8 e 600000.5656/05-7 (Denúncia Espontânea), e no atual levantamento, as autuantes aplicaram a proporcionalidade, depois que deduziram os pagamentos já realizados ou parcelados anteriormente. Pede que seja aplicado o mesmo critério da proporcionalidade utilizado para os anos de 2004, 2005 e 2006.

Na informação fiscal, a autuante reconhece que assiste razão ao defendente, e diz que tal reconhecimento implica em alteração na forma de cálculo do imposto a recolher, apurado no demonstrativo de fls. 135 a 152. Por isso, recalculou o imposto exigido no presente lançamento, aplicando o percentual de proporcionalidade sobre o ICMS calculado, obtendo o valor da redução, em face da atividade mista da empresa, calculando em seguida, o valor do ICMS devido, deduzindo os valores efetivamente pagos, constantes nos DAEs e Denúncias Espontâneas, tendo sido elaborado o demonstrativo à fl. 285.

Analisando os novos cálculos elaborados pela autuante, constato que o débito originalmente apurado na primeira infração ficou reduzido para R\$145.821,37, ficando confirmados os valores apurados na infração 02.

O defendente alegou que parte das mercadorias adquiridas foi utilizada na montagem dos quadros elétricos, sendo indevido o imposto relativo à antecipação parcial correspondente às mercadorias destinadas à industrialização. Assim, considerando a apuração do Fisco de que parte das mercadorias não era destinada à comercialização, os cálculos foram refeitos para excluir essas mercadorias. Portanto, foi apurado no levantamento fiscal o percentual de venda para o comércio e indústria, e aplicado na apuração do imposto devido, conforme planilha de fls. 161 a 205.

Quanto aos pagamentos efetuados antes da autuação, alegados pelo defendente, a autuante computou os valores pagos através de DAE (fls. 39 a 52) e Denúncia Espontânea (fls. 31 a 38) nos novos cálculos efetuados à fl. 285, apurando o imposto devido no período fiscalizado.

Vale salientar, que o autuado foi intimado a se manifestar em relação à informação fiscal e novo cálculo elaborado pela autuante, entretanto, decorrido o prazo concedido o defendente não se manifestou.

Entendo que foi elidida parte da exigência da antecipação parcial, e por isso, são devidos os valores remanescentes do imposto apurado, totalizando R\$145.821,37, conforme demonstrativo à fl. 285 do PAF. Infração subsistente em parte.

Infração 02: Multa percentual calculada sobre o ICMS que deveria ter sido pago por antecipação parcial, referente às mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, adquiridas para fins de comercialização e devidamente registradas na escrita fiscal, com saída posterior tributada normalmente, no período de janeiro a dezembro de 2006, conforme planilha às fls. 135, 153/160.

Considerando que o autuado não recolheu o imposto no prazo previsto na legislação, cabe a aplicação da multa exigida, tendo em vista que se assim não fosse, ter-se-ia uma exigência de obrigação principal sem cominação de penalidade pelo seu descumprimento, o que contraria a lógica da legislação tributária, e constituiria um incentivo à sonegação.

Em sua impugnação o autuado alega que deve ser considerada a proporcionalidade em relação às suas atividades comercial e industrial, dizendo que a fabricação de aparelhos e equipamentos equivale a 70% de seu faturamento. Entretanto, não foi apresentada qualquer comprovação desse percentual, e no cálculo do valor exigido nesta infração foi apurado o percentual mensal em relação a cada atividade desenvolvida pelo autuado (comercial ou industrial), conforme demonstrativo às fls. 153 a 160 dos autos, ou seja, foi considerada a proporcionalidade alegada pelo autuado, de acordo com os percentuais apurados pela fiscalização com base nos documentos fiscais fornecidos pelo contribuinte.

Concluo que, não tendo sido comprovado o pagamento da antecipação parcial no prazo devido, e tendo a fiscalização atestado que houve recolhimento do imposto em operação ou operações de saída posteriores, está correta a multa exigida no presente lançamento. Infração subsistente.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 129712.0070/07-4, lavrado contra **TECNOQUADROS TECNOLOGIA EM QUADROS ELÉTRICOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$145.821,37**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, inciso I, alínea “b”, item 1, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa percentual no valor de **R\$52.665,12**, prevista no art. 42, inciso II, alínea “d”, da mencionada Lei, e dos acréscimos moratórios de acordo com o previsto pela Lei 9.837/05.

Esta Junta recorre, de ofício, desta decisão, para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/00, com efeitos a partir de 10/10/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de novembro de 2008

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - JULGADORA

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - JULGADOR